



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

BLOCO HISTÓRICO, ESTADO INTEGRAL E CONSTRUÇÃO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI

Maria Valéria Costa Correia¹
Pâmela Karoline Lins Alves²

Resumo: Este artigo buscou desenvolver uma análise teórica sobre a conexão entre estrutura e superestruturas nas categorias Bloco Histórico, Estado integral e hegemonia em Gramsci. O objetivo desta pesquisa teórica foi expor o papel central do Estado na consolidação da hegemonia da classe dominante e abordar a possibilidade da construção de uma nova hegemonia, a das classes subalternas.

Palavras-chave: Bloco Histórico; Estado Integral; Hegemonia; Estrutura e Superestrutura.

1 Introdução

A partir de uma pesquisa bibliográfica das obras de Gramsci e de seus intérpretes — Liguori (2006, 2007), Bianchi (2018), Dias (1996, 2006) e Buci-Glucksmann (1980) —, este estudo tem como objetivo analisar a relação entre estrutura e superestrutura em Gramsci na sua concepção de Bloco Histórico, Estado Integral e Hegemonia. Parte-se do pressuposto de que, em Gramsci, existe uma relação orgânica entre estrutura e superestrutura, economia e política, sociedade civil e sociedade política, fundamental para a compreensão do papel do Estado na viabilização da hegemonia capitalista e, contraditoriamente, para possibilitar às classes subalternizadas, em luta na sociedade civil, construir uma nova hegemonia. Destaca-se que a investigação sobre o bloco histórico, enquanto momento histórico-social, é essencial para compreendermos, em determinadas conjunturas, a atuação político-econômica do Estado na construção da hegemonia.

¹ mvcc@fsso.ufal.br. Universidade Federal de Alagoas.

² pamelalinsalves@outlook.com. Universidade Federal de Alagoas.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Assim, a presente pesquisa parte da compreensão do bloco histórico como uma ferramenta crítica de uso teórico e analítico para interpretar as relações históricas entre a estrutura e superestruturas, as condições subjetivas e objetivas, as forças materiais de produção, as ideologias e o consenso. Situa o conceito de hegemonia como fundamental na sustentação de um determinado bloco histórico, destacando a centralidade do papel do Estado integral nesse processo. Considera-se que é por meio do Estado integral que se viabiliza o programa e o horizonte ideológico do projeto societário de uma classe, ou seja, a sua hegemonia, terreno no qual as demais classes devem se mover.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem o intuito de contribuir com o debate sobre a importância do pensamento gramsciano no entendimento da sociedade capitalista contemporânea e da luta de classes que a permeia. Assim, iniciamos este estudo teórico expondo o conceito de Gramsci de Bloco Histórico, o qual traz contribuições importantes para a compreensão de categorias centrais do pensamento marxista. Em seguida, a partir do entendimento da relação orgânica entre estrutura e superestruturas, abordamos o papel do Estado integral na hegemonia de classe e, por fim, apresentamos reflexões sobre as possibilidades da construção de uma nova hegemonia.

2. Bloco Histórico: relação entre estrutura e superestrutura

O conceito de bloco histórico, em Gramsci, envolve a relação entre estrutura e superestrutura, de forma orgânica e articulada, sem cisões, a partir da concepção marxista das relações sociais de produção (Correia, 2017). A estrutura representa a base econômico-social e a superestrutura a base política, ideológica e jurídica que têm entre si relação intrínseca, ou seja, dimensões que compõem a totalidade social (Correia, 2017). Desse modo, o campo da estrutura é composto pelas relações sociais de produção, ou seja, por tudo aquilo que compõe e materializa o modo de produção capitalista; enquanto o campo da superestrutura integra a ideologia que dá sustentação ao sistema hegemônico e todo o arcabouço político-jurídico necessário para sua legitimação (Bianchi, 2018).

Gramsci recorreu ao “Prefácio de 1859”, em várias passagens dos Cadernos, para expressar o nexos entre estrutura e superestrutura: “Se os homens adquirem consciência de sua posição social e de seus objetivos, no terreno das superestruturas, isto significa que



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

entre estrutura e superestrutura existe um nexó necessário e vital” (Gramsci, 1999, Q10, p. 389). Diante de tal nexó, Gramsci introduz o conceito de Bloco Histórico ao afirmar:

[...] A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de ‘bloco histórico’, no qual precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (Gramsci, 1999, Q7, S21, p. 239).

Em outro momento, Gramsci avalia que um elemento de erro, ao analisar o valor das ideologias (superestruturas), está em identificá-las de forma distinta e distanciada da estrutura (Gramsci, 1999). Para ele, enquanto são historicamente necessárias no campo da estrutura, “as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.” (Gramsci, 1999, Q7, S18, p. 239). Portanto, é possível evidenciar a necessária unidade entre esses dois campos.

Entretanto, é importante ressaltar que o marxista italiano chamava a atenção para não diluir a superestrutura na estrutura, pois existe uma dissincronia entre as mudanças econômicas e as mudanças políticas, devido às singularidades históricas. De acordo com Bianchi (2018), “Gramsci queria evitar que a crise política fosse deduzida diretamente dos aspectos mais imediatos da crise econômica” (Bianchi, 2018, p. 163). Gramsci (1999) criticou a concepção que defende o reflexo mecânico entre estrutura e superestrutura:

[...] A pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infraestrutura, deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, ou deve ser combatida, praticamente, com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas. Para este aspecto, são importantes notadamente o *18 Brumário* e os escritos sobre a *Questão Oriental*, mas também outros (*Revolução e contra-revolução na Alemanha, a guerra civil na França* e menores). [...] Poder-se-á observar quantas cautelas reais Marx introduz em suas investigações concretas, cautelas que não poderiam encontrar lugar nas obras gerais [...] (Gramsci, 1999, Q7, S24, p.238).

A leitura não economicista dos textos de Marx com a mediação dos seus textos históricos resulta na análise histórica e política concreta (Bianchi, 2008). Gramsci realiza a fusão das obras de reflexão metodológica de Marx (“Prefácio de 1859” à *Contribuição para a crítica da economia política* e *Miséria da Filosofia*) com as obras de análise histórica e política concreta (*A Luta de Classe na França* e *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*).



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Desta forma, “a operação realizada por Gramsci com o objetivo de afirmar uma leitura não economicista dos textos metodológicos de Marx era levada a cabo com a mediação de seus textos históricos” (Bianchi, 2018, p. 121).

Bianchi (2018) chama a atenção para o fato de que, em Gramsci, o conceito de Bloco Histórico não é abordado como aliança de classe ou como conciliação de classe, mas como “uma ferramenta crítica com vistas à interpretação das relações históricas, portanto, concretas e moventes, existentes entre estrutura e superestrutura, condições objetivas e subjetivas, forças materiais de produção e ideologias” (Bianchi, 2008, p.138). Segundo esse autor, interpretando Gramsci, “o conceito de Bloco Histórico permitia, desse modo, a análise crítico-histórica da unificação dos processos de reprodução social das relações políticas e reprodução político-ideológica das relações sociais que se verificam de modo mais intenso no capitalismo contemporâneo” (Bianchi, 2018, p.138).

Como já afirmado, a investigação sobre o bloco histórico, enquanto formação social completa de determinado momento histórico-social, é essencial para a compreensão de determinadas conjunturas e da atuação político-econômica do Estado para sustentação da hegemonia de uma classe sobre a outra. A concepção de Estado integral em Gramsci dá conta desta explicação, como será descrito a seguir.

3 O Estado em Gramsci: relação entre economia, política e hegemonia

Para Staccone (1987), o bloco histórico é composto por conflitos entre as classes sociais, seja na luta pelo controle hegemônico das superestruturas, ou pelo controle da estrutura econômica, relação que se constrói de forma dialética. Logo, a superestrutura se subdivide entre a sociedade política e a sociedade civil. Esta última representa um conjunto de organismos, classificados como “privados”, que correspondem à “função da hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade, [...] é o lugar onde se elaboram e se difundem as ideologias. Vinculam-se a tudo que influi ou pode influir direta ou indiretamente sobre a opinião pública” (Staccone, 1987, p. 18).

Além disso, Gramsci define o conceito de sociedade civil a partir das concepções de Marx. “Esforça-se em ir adiante, registrando na teoria a nova forma de intervenção cultural e



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

política na história” (Liguori, 2006, p. 8). Assim, Liguori (2007) afirma que Gramsci tem uma concepção dialética da realidade histórico-social, em cujo contexto Estado e sociedade civil são entendidos num nexos de unidade-distinção, de modo que abordar um sem o outro significa negar a si mesmo a possibilidade de ler corretamente os Cadernos (Liguori, 2007, p. 13). Para esse autor, a expressão que melhor indica esta relação de unidade-distinção entre Estado e sociedade civil é o Estado integral, introduzido, a partir de 1975, por Christine Buci-Glucksmann, que apontava a “ampliação do conceito de Estado” como a maior contribuição teórico-política de Gramsci.

Ainda segundo Liguori (2007), a “ampliação” do conceito de Estado ocorre nos *Cadernos* em duas direções: a) A compreensão da nova relação entre política e economia, que Gramsci identifica como um dos traços peculiares do séc. XX, refletindo sobre os fatos acontecidos pós-primeira guerra mundial (corporativismo fascista, experiências da União Soviética e o colapso de Wall Street), sem desconsiderar a tese marxista da determinação “em última instância” do econômico. b) A compreensão da nova relação entre sociedade política e sociedade civil, como lugar do consenso, no qual Gramsci formula sua teoria da hegemonia.

De acordo com Buci-Glucksmann (1980), Gramsci classifica essa concepção de Estado integral a partir de dois momentos conceituais: o Estado em sentido estreito e o Estado em sentido integral. Ambos existem lado a lado, em uma relação complexa. No primeiro momento, o Estado é identificado com o governo, sua dominação de classe é exercida no sentido clássico, possuindo funções coercitivas e econômicas, a exemplo do exército, da polícia, da administração e da burocracia.

[...] No entanto, essa função coercitiva e negativa do Estado exclui qualquer modelo mecanicista excessivamente esquemático. Na medida em que qualquer Estado desenvolve, paralelamente ao ‘funcionamento da coerção’, um funcionamento ao nível da ideologia e da economia, o aprofundamento dos laços entre a força e o aparelho de produção passa pelo campo complexo das superestruturas [...] (Buci-Glucksmann, 1980, p. 128).

No segundo momento, encontra-se o Estado integral, que incorpora a maneira como uma classe exerce sua hegemonia, através de um conjunto de mecanismos de direção intelectual e moral, “ainda que ao preço de ‘equilíbrios de compromisso’, para salvaguardar seu próprio poder político, particularmente ameaçado em períodos de crise” (Buci-Glucksmann, 1980, p. 128 e 129).



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Portanto, de acordo com Liguori (2006), Gramsci supera completamente as visões reduzidas e instrumentais do Estado, características que buscam classificá-lo apenas em seu viés econômico ou como viabilizador irrevogável de uma classe sobre outra, ignorando a luta de classes e a construção histórica de novas hegemonias. Este autor afirma que “como delineou Joseph Buttigieg, a história da sociedade civil para Gramsci é a história do domínio de alguns grupos sociais sobre outros, é a trama da hegemonia, da subordinação, da corrupção e da exclusão de poder, é a história da luta de classe” (Liguori, 2006, p. 9).

Sendo assim, destaca-se que, para Gramsci, o Estado integral representa a unidade dialética entre a sociedade política e a sociedade civil; o último representado pelos seus aparelhos de hegemonia. Desse modo, verifica-se a sociedade civil não somente em sua base material, mas também política e ideológica. “A Sociedade Civil, para Gramsci, é o espaço da elaboração de valores, de vivência das contradições sociais, é nela que os projetos societários se confrontam, em que a luta pela emancipação de mulheres e homens desenvolve-se” (Lole; Stampa, 2018, p. 49).

Na perspectiva de Gramsci, não existe neutralidade no Estado, pois “a unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos grupos de Estados” (Gramsci, 2002, Q25, S5, p.139). Ele está articulado à estrutura econômica, pois:

[...] Para as classes fundamentais (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, disso não deriva que a relação de meio e fim seja facilmente determinável e assumo o aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista. É verdade que a conquista do poder e a afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis [...] somente nessa coincidência é que reside a unidade da classe dominante” (Gramsci, 1999, Q10, S61, p. 427–428).

No mais, o Estado é definido por Gramsci como um conjunto de aparelhos no qual uma classe social exerce sua hegemonia, tornando-se dirigente e exercendo seu domínio sobre outros grupos (Lole; Stampa, 2018). Neste sentido, o Estado cumpre um papel essencial de criação e manutenção de um certo tipo de organização social, favorecedora da estruturação e consolidação da classe hegemônica. Assim, “o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização” (Gramsci, 2000, Q13, S11, p. 28).



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Dias (1996) argumenta que o campo de ação das classes e do Estado passa necessariamente pela questão da hegemonia. Pois, é ela quem viabiliza um projeto societário, expressa o seu programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes devem se mover. “Horizonte que é estruturação do campo das lutas, das alianças, do permitido e do interdito. Racionalidade de classe que se faz história e que obriga as demais classes a pensar nessa história que não é a delas” (Dias, 1996, p. 34).

Na sociedade capitalista, quem detém a hegemonia e se põe enquanto classe dirigente é a burguesia, detendo para si a riqueza socialmente produzida. Isto posto, o Estado age a favor dos interesses dessa classe dominante, apesar de se constituir também como espaço de disputa de classes. Ou seja, em determinados momentos históricos, de crise, surge a possibilidade de construções hegemônicas, acirrando o terreno das lutas sociais.

No campo da hegemonia, o antagonismo das classes é central, pois ele expressa os embates e lutas entre estes sujeitos antagônicos (burguesia e trabalhadores). A hegemonia atua na resolução política de um projeto de sociedade, no encaminhamento concreto das possibilidades reais em confronto, mostra como a estrutura se atualiza.

[...] Ao falarmos em embate hegemônico, nos situamos em outro plano: o da capacidade de uma classe subordinar/coordenar classes aliadas ou inimigas. A hegemonia, ao expressar a luta entre os antagonistas, atua na resolução política de um projeto de sociedade, no encaminhamento concreto das possibilidades reais em confronto, mostra como a estrutura se atualiza (Dias, 2006, p. 61).

Portanto, o debate sobre Estado é essencial quando se pensa na construção de uma nova hegemonia das classes subalternas, pois é na compreensão do Estado enquanto instrumento de manutenção de poder e realização da hegemonia de uma classe sobre a outra, em seu sentido amplo, que habita todo o processo alienador que sustenta a sociedade de classes.

4 Estado, luta de classe e nova hegemonia

Gramsci argumenta sobre a importância da classe trabalhadora, na construção da sua consciência, compreender o papel do Estado. “A escassa compreensão do Estado



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

significa escassa consciência de classe (compreensão do Estado existe não só quando se defende, mas também quando se ataca o Estado para derrubá-lo)” (GRAMSCI, 2000, Q3, S 46, 194). No entanto, o teórico enfatiza que esta afirmação não pode ser categórica e absoluta, ela deve ser considerada a partir da análise da situação/conjuntura, de uma compreensão do real. “Avaliar melhor a atividade desenvolvida para modificá-la [...] e dar maior relevo aos grupos que emergiram desta situação por tê-la compreendido e modificado em seu âmbito” (Gramsci, Q3, S 46, 2000, p. 194).

Gramsci, em seus escritos no caderno 13, vai identificar nos equilíbrios instáveis a criação sempre necessária de consenso e conciliação da classe dirigente para com os grupos subalternos, sendo o Estado o principal mediador. Assim, o teórico verifica a absorção de algumas demandas e interesses desses grupos subalternos, de modo que não traga perdas estruturais à classe dirigente, objetivando conter possíveis acúmulos de forças e revoluções populares.

[...] Na história real, estes momentos implicam-se reciprocamente, por assim dizer, horizontal e verticalmente, isto é, segundo as atividades econômico-sociais (horizontais) e segundo os territórios (verticalmente), combinando-se e cindindo-se variadamente: cada uma destas combinações pode ser representada por uma própria expressão organizada econômica e política (GRAMSCI, 2000, Q13, S17, p. 42).

A classe trabalhadora enfrenta muitos desafios na busca por uma hegemonia que a emancipe, no entanto, o ponto central é a dificuldade de ela elaborar a sua própria identidade diante dos processos de alienação e subordinação da sua racionalidade perante o capitalismo. Como explicita Dias (2006), “o seu saber/pensamento é construído, errático e fragmentariamente, a partir da sua inserção subordinada na totalidade social”. A burguesia, na construção da sua ideologia, colocando-a como único caminho possível de transformação social, mina as possibilidades de saberes da classe trabalhadora. “E é exatamente por isso que os saberes/práticas dos dominantes ditam os ritmos e as formas de todo saber constituído” (Dias, 2006, p. 69).

Para a construção de hegemonia, Dias (2006) aborda a importância de analisar o real e construir os conceitos que o explicam, indo além do que o descreve e o legitima; garantir também a possibilidade de uma intervenção rigorosa na totalidade social a partir da qual a transformação da sociedade é uma possibilidade real. Para ele, é vital o nexo entre a capacidade de construção de uma visão de mundo e a realização da hegemonia.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Libertar-se dos projetos antagônicos, construir o projeto da nova subjetividade é, em si mesmo, condição de liberdade. A constituição do saber e da subjetividade das classes trabalhadoras é vital. Os processos de destruição do velho e de criação do novo são contemporâneos, caminham lado a lado. Nada mais absurdo que a velha teoria de que primeiro “tomamos o poder” e depois “construímos a nova sociedade” (DIAS, 2006, p. 59).

Assim sendo, a hegemonia é a elaboração de uma nova civilização e a construção de uma nova racionalidade, um novo modo de ser. E pensar na construção de uma nova sociabilidade é pensar também formas específicas de sua realização material e simbólica. Portanto, enfatiza-se, por meio do intérprete do pensamento de Gramsci, que:

[...] A hegemonia é um espaço de luta. Qualquer redução a um mero domínio ideológico ou a uma maioria (eventual) de uma classe sobre a(s) outra(s) é um desconhecimento da sua própria natureza. [...] Ela deve ser capaz de incorporar as demais classes na resolução concreta da materialidade e não apenas no plano ideológico, da desconstrução do conjunto ideológico das demais classes e de sua reescritura, isto é, de ser capaz de destruir a lógica do adversário (Dias, 2006, p. 77).

Ademais, Dias (1996) critica qualquer comparação referente às análises de Gramsci sobre a luta por hegemonia com a teoria do evolucionismo, ou seja, o que se propõe é a realização de um novo bloco histórico, constituído a partir da mobilização e organização da classe trabalhadora, na construção das condições para isso, a partir do movimento das lutas sociais. “Estes momentos, passíveis de alterações pelas lutas de classes, indicam possibilidades do processo”. Com isso, o autor resgata o pensamento de Marx ao analisar que “a realidade histórica se realiza por movimentos tendenciais que são possibilitados/inviabilizados pela ação consciente dos homens que reescrevem sem cessar suas estruturas materiais, de produção e reprodução da vida” (Dias, 1996, p. 15).

5 Conclusão

A pesquisa teórica aqui desenvolvida, a partir de uma revisão de literatura das obras de Gramsci e de alguns de seus intérpretes, demonstrou a necessidade de levar em consideração, nas análises de conjuntura, as particularidades históricas e a intrínseca relação entre estrutura e superestrutura, economia e política, sociedade civil e política para



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

compreender dentro de um determinado bloco histórico a função do Estado integral na construção da hegemonia de uma classe sobre a outra.

Assim, situamos, a partir do conceito de Bloco Histórico, o papel do Estado integral na consolidação da hegemonia da classe dominante e, contraditoriamente, abordamos as possibilidades da construção de uma nova hegemonia, a das classes subalternas, a partir do entendimento da sociedade civil como um terreno de disputa de projetos de classes diferentes em busca da hegemonia. Além disso, também foram apontados os desafios, para as classes subalternas, de fortalecer seu projeto de sociedade, pois são inúmeras as dificuldades para construção de consciência, enquanto classe para si, dos subalternos.

Ressalta-se que, na perspectiva de Gramsci, não existe neutralidade no Estado. Ou seja, o Estado fundado a partir das relações sociais capitalistas é essencialmente capitalista, pois a classe dirigente é a classe burguesa, apesar de, contraditoriamente, existir espaço de disputa que favoreça uma nova hegemonia das classes subalternas.

A hegemonia das classes subalternas implica a transformação das condições de sua existência na direção da construção de uma nova sociabilidade (DIAS, 1996). Assim, esta pesquisa buscou demonstrar a atualidade do pensamento de Gramsci para a hegemonia da classe subalterna e sua emancipação, apesar dos limites presentes na realidade frente à ascensão da extrema direita em tantos países. A intenção da pesquisa teórica desenvolvida foi apenas trazer reflexões modestas que contribuam com o debate.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2018. 278 p.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 499 p. v. 39.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Gramsci e a crítica ao determinismo econômico na relação entre estrutura e superestrutura. *In: GRAMSCI em perspectiva*. 1. ed. Maceió: Edufal, 2017. cap. 1, p. 11–23.

DIAS, Edmundo Fernando. Hegemonia: racionalidade que se faz história. *In: DIAS, Edmundo Fernandes [org.]. O outro Gramsci*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1996. cap. 1, p. 09–80.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

DIAS, Edmundo Fernando. *O Pensamento de Gramsci e a Política Brasileira*. Texto produzido para o I Ciclo de Estudos Gramscianos. UFAL, dezembro de 2004. Mimeografado.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. 4. ed. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006. 240 p.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 1: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 489 p.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 418 p.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 5: O Risorgimento*. Notas sobre e história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 461 p.

LOLE, Ana; STAMPA, Inez. Estado e sociedade civil e as relações entre o público e o privado no Brasil: reflexões a partir do pensamento de Antonio Gramsci. *In*: LOLE, Ana; SEMERARO, Giovanni; SILVA, Percival Tavares da. Estado e Vontade Coletiva em Antonio Gramsci. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018. cap. 2, p. 41–66.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil de Marx a Gramsci. *Novos Rumos*, [s. l.], ano 21, v. 46, p. 4-10, 2006.

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. 278 p.

STACCONE, Giuseppe. *Gramsci — 100 anos: Revolução e Política*. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.